



V CONGRESSO BRASILEIRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS

Segunda Convocatória

A Sociedade Brasileira de Estudos Organizacionais (SBE0), juntamente com a Universidade Federal do Paraná (UFPR), convocam os associados da SBE0, estudantes, professores, pesquisadores interessados nos Estudos Organizacionais, bem como os demais interessados, a participarem do V Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais (CBE0), que será realizado na Universidade Federal do Paraná, Campus Jardim Botânico, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, na Avenida Prefeito Lothário Meissner, 632, Curitiba, Paraná, Brasil, nos dias 20, 21 e 22 de Agosto de 2018.

Tendo em vista a resposta dos pesquisadores à primeira convocatória do V Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais (CBE0), convidamos a todos para participar do evento e submeter seus artigos aos grupos de trabalho relacionados abaixo.

I. Objetivo Geral

Promover os Estudos Organizacionais, sua divulgação e discussão de caráter multidisciplinar e interdisciplinar, integrando as diversas áreas do conhecimento, tendo por orientação os Eixos Temáticos.

II. Objetivos Específicos

- i. Incentivar a produção acadêmica nacional interdisciplinar em Estudos Organizacionais.
- ii. Estimular a pesquisa no campo dos Estudos Organizacionais.
- iii. Promover o intercâmbio entre distintos campos de conhecimento relacionados aos Estudos Organizacionais.
- iv. Valorizar o pensamento social brasileiro na área de pesquisa dos Estudos Organizacionais.
- v. Congregar membros da Sociedade Brasileira de Estudos Organizacionais.

- vi. Fortalecer o campo de Estudos Organizacionais no Brasil com ênfase na originalidade, criatividade e inovação.

III. Modalidades

- i. **Cerimônia de Abertura:** será composta por membros das comissões científica e organizadora do V Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais, que oficialmente abrirão o evento, apresentando sua temática central e organização.
- ii. **Conferência de Abertura:** terá como tema “A INTEGRAÇÃO MULTIDISCIPLINAR EM ESTUDOS ORGANIZACIONAIS: contribuições de diferentes áreas ao campo”. A intenção é convidar conferencistas de campos disciplinares distintos daqueles mais diretamente ligados à Administração, com a finalidade de promover o debate sobre o objetivo geral do evento.
- iii. **Mesas Redondas:** terão por finalidade promover debates estruturantes ou politicamente centrais para a SBEO. A proposição e a organização das Mesas Redondas serão realizadas pelas Comissões Científica e Organizadora do V CBELO, em conjunto com a Diretoria da SBEO.
- iv. **Sessões Livres** serão propostas pelos pesquisadores da Sociedade Brasileira de Estudos Organizacionais e deverão contemplar diversos pontos de vista em torno de uma temática específica de interesse da comunidade brasileira de estudos organizacionais. Observado o cronograma do evento, pelo menos um pesquisador doutor associado à SBEO deve apresentar a proposta de Sessão Livre, cumprindo o seguinte requisito: compor um grupo com no mínimo três participantes, os quais devem pertencer ao menos a duas instituições diferentes e discutam aspectos de uma temática comum. Além disso, a Sessão Livre deve contar com no máximo 5 participantes (incluindo debatedores e mediador). A proposta de Sessão Livre deverá conter: Eixo temático, título, síntese contemplando objetivos e justificativa (até 1.200 palavras), dados dos componentes da mesa (nome completo, titulação, instituição, e-mail, telefone), resumo da apresentação de cada participante (até 500 palavras), conforme Anexo 2.
- v. **GTs:** Os Grupos de Trabalho serão formados por conjuntos de pesquisadores cujo propósito é trocar informações, sensibilizar, mobilizar e debater temas específicos de acordo com os Eixos Temáticos estabelecidos no escopo da SBEO (os Eixos Temáticos estão descritos no Anexo 1 deste Edital). Os pesquisadores interessados poderão apresentar propostas de grupos de trabalho que atuarão, durante o evento, de acordo com a dinâmica estabelecida por eles próprios. Para tanto, observado o cronograma do evento, pelo menos dois pesquisadores doutores de instituições diferentes devem propor e coordenar as atividades dos grupos de trabalho, indicando com qual Eixo Temático se relacionam. As propostas serão avaliadas pela comissão científica considerando seu teor, relevância, contribuição e a disponibilidade de espaço. Se houver mais de uma proposta de grupo de trabalho no mesmo Eixo Temático, a comissão organizadora submeterá consulta aos proponentes sobre a possibilidade e pertinência de integração dos grupos. As propostas de Grupos de Trabalho deverão conter: indicação do Eixo Temático, título, síntese com o objetivo e o escopo (até 600 palavras), dados dos coordenadores (nome completo, titulação, instituição, e-mail, telefone), conforme

Anexo 3. Cada pesquisador poderá submeter apenas uma proposta de grupo de trabalho e uma vez aprovado, caberá aos coordenadores divulgá-lo aos seus pares, providenciar avaliadores especializados para analisar os artigos submetidos, coordenar o processo de avaliação, obedecendo ao prazo definido no cronograma e, durante o evento, organizar as atividades definidas. O número de trabalhos por sessão deve ser de pelo menos três e de no máximo cinco, garantindo que os trabalhos sejam debatidos pelos participantes sob a coordenação de um ou dois pesquisadores doutores de instituições diferentes. Obedecidas as diretrizes desta convocatória, os grupos de trabalho são soberanos para organizarem as suas atividades.

- vi. **Minicursos:** Propostas de minicursos devem ser submetidas até a mesma data de submissão de trabalhos aos GTs e devem conter: Indicação do Eixo Temático; Título; Docente(s); Ementa (até 120 palavras); Bibliografia Básica. O critério de seleção de propostas de minicursos será a atualidade do tema e sua inovação para o desenvolvimento de Estudos Organizacionais. Entendemos que os minicursos devem ser um espaço de criação de novos conceitos, metodologias, teorias, abordagens. A proposta deve contar com pelo menos um pesquisador doutor associado à SBEQ.

IV. Submissão das Propostas de Trabalhos

As propostas de Sessão Livre e Trabalhos deverão ser encaminhadas pelo sistema de gestão de eventos na página do V CBEQ (<http://www.sbeo.org.br/web/index.php/cbeo/v-cbeo>), até o dia **07 de maio de 2018 (às 23:59, horário de Brasília)**, conforme prazo estabelecido no cronograma do V CBEQ, que compõe esta convocatória, informando a qual Grupo de Trabalho (ver Anexo 1) se vinculam.

V. Tipos de Trabalhos que Atendem a esta Convocatória

- i. Resumos expandidos (com pelo menos duas mil e até três mil palavras).
- ii. Textos completos (com pelo menos seis mil e até nove mil palavras).

IV. Orientações para a Submissão de Trabalhos aos GTs

- i. Os trabalhos deverão ser encaminhados somente pela página do evento, não serão considerados trabalhos enviados por e-mail ou qualquer outra modalidade.
- ii. O autor responsável pela submissão deverá informar em campos específicos no sistema eletrônico: título do texto, seguido do nome completo do(s) autor(es), nome da instituição (por extenso) a que se vincula(m) o(s) autor(es), e-mail do(s) autor(es), resumo (10 a 15 linhas) e palavras-chave (entre três e cinco).

- iii. É expressamente proibido indicar título, autoria, resumo, palavras-chave ou informações dos autores no arquivo submetido. Será gerada automaticamente uma folha de rosto com os dados prestados no sistema.
- iv. Os textos submetidos serão analisados, em cada grupo de trabalho (ver ANEXO 1), por uma comissão específica, composta por especialistas no tema. As propostas serão avaliadas considerando seu teor, relevância, contribuição para os estudos organizacionais e aderência ao grupo de trabalho.
- v. Cada autor pode submeter no máximo dois textos aos grupos de trabalho, sem diferenças entre autoria e coautoria.
- vi. Cada texto deve ser submetido a apenas um grupo de trabalho.
- vii. Os artigos devem ser inéditos e assim o permanecerem até o final do IV CBEO.
- viii. Os textos devem ser submetidos exclusivamente em formato .pdf. Não são aceitas submissões em formato .doc ou .docx.
- ix. Os textos devem ser redigidos em português ou espanhol com redação, ortografia e normalização adequados, pois a versão enviada será definitiva, não sendo permitida a substituição do texto encaminhado.
- x. A critério dos grupos de trabalho, podem ser aceitos textos em outros idiomas, desde que atendidos os critérios de avaliação definidos pelos próprios grupos de trabalho.
- xi. Os textos devem ter a autoria definitiva no momento da submissão, pois não será permitida a inclusão de autores posteriormente.
- xii. Os arquivos dos textos enviados devem estar livres de vírus. Trabalhos eventualmente infectados serão excluídos do processo de avaliação.
- xiii. No caso dos resumos ampliados, o texto deve ser redigido em times New Roman (tamanho 12) e ter pelo menos duas mil, e até três mil palavras, incluindo notas de rodapé e referências. Os elementos que devem constar em um resumo ampliado são: contextualização, objetivos, metodologia (se for o caso), resultados ou resultados esperados (se for o caso), e conclusões e referências.
- xiv. No caso dos textos completos, o texto deve ser redigido em times New Roman (tamanho 12) e ter pelo menos seis mil, e até nove mil palavras, incluindo notas e referências. Os elementos que devem constar em um texto completo dependem da sua natureza e propósitos, embora se espere que estejam conforme o esperado neste tipo de texto.
- xv. Notas de rodapé são aceitas, desde que usadas com parcimônia e que tenham conteúdo explicativo. Não se deve usar notas de rodapé para fazer citações.
- xvi. As referências devem ser feitas no corpo do texto, e obedecer à ABNT ou à APA, limitando-se ao material utilizado na confecção do texto.
- xvii. A submissão de textos aos grupos de trabalho não implica aceitação, tendo os grupos de trabalho autonomia no processo de seleção do material a ser publicado.
- xviii. A inclusão do texto nos anais do IV CBEO está condicionada à apresentação do trabalho e o pagamento da tarifa relativa à taxa de inscrição no evento.

xix. A apresentação de trabalho nos grupos de trabalho durante do IV CBEO precisa ser necessariamente feita pelo menos por um dos autores do texto.

xx. Terá(ão) direito ao(s) certificado(s) de participação apenas o(s) autor(es) presentes na apresentação do trabalho, e que tenham assinado a lista de presença na sessão de apresentação.

VII. Submissão das Propostas de Sessão Livre

As propostas de Sessão Livre deverão ser encaminhadas pelo sistema de gestão de eventos na página do V CBEO (<http://www.sbeo.org.br/web/index.php/cbeo/v-cbeo>), até o dia **07 de maio de 2018 (às 23:59, horário de Brasília)**, conforme prazo estabelecido no cronograma do V CBEO, que compõe esta convocatória, de acordo com o Modelo constante do Anexo 3 desta convocatória. Deve ser indicado a qual eixo temático que compõe o escopo da SBEO a Sessão Livre se vincula. As propostas de Sessão Livre devem contar com pelo menos um pesquisador doutor associado à SBEO.

VIII. Submissão das Propostas de Minicurso

As propostas de Minicurso deverão ser encaminhadas para o endereço eletrônico cbeo@sbeo.org.br, até o dia **07 de maio de 2018 (às 23:59, horário de Brasília)**, conforme prazo estabelecido no cronograma do V CBEO, que compõe esta convocatória, de acordo com o Modelo Constante do Anexo 4 desta convocatória. As propostas de Minicurso devem contar com pelo menos um pesquisador doutor associado à SBEO.

IX. Publicação

Para serem incluídos na programação e publicados nos anais do V Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais, os textos devem ser enviados em formato de resumo ampliado ou em formato de versão final, revisados pelos próprios autores, até o dia **20 de julho de 2018 (às 23:59, horário de Brasília)**, conforme prazo estabelecido no cronograma do V CBEO, que compõe esta convocatória. Os anais do V CBEO serão divulgados publicamente. A partir da submissão de proposta de sessões livres, grupos de trabalho e artigos entende-se como automática a cessão dos direitos de divulgação científica, para a SBEO, uma vez tendo sido aprovado e aceito para publicação.

X. Programação Sintética

O V CBEO será realizado na cidade de Curitiba, Paraná, nos dias 20, 21 e 22 de agosto de 2018, conforme programação sintética abaixo indicada:

Horários	20 Agosto segunda-feira	21 Agosto terça-feira	22 Agosto quarta-feira
09h00 - 10h40	Credenciamento	Mesa Redonda	Assembleia Geral
11h00 - 12h30	Credenciamento	Sessões Livres	Sessões Livres
14h00 - 15h40	GTs	GTs	GTs
16h00 - 17h40	GTs	GTs	GTs
18h30 - 20h30	Conferência de Abertura	Mesa Redonda	Evento Artístico-Cultural
20h30 - 22h30	Coquetel	Confraternização	Livre

XI. Inscrições, Modalidades e Taxas.

As taxas para o V CBEO terão as seguintes modalidades:

		Associado à SBEO ¹	Não Associado à SBEO
Docente/Pesquisador	Até 22/06/2018	R\$ 200,00	R\$ 420,00
	Entre 22/06 e 10/08/2018	R\$ 220,00	R\$ 440,00
	Após 10/08/2018	R\$ 600,00	R\$ 600,00
Estudante	Até 22/06/2018	R\$ 90,00	R\$ 200,00
	Entre 22/06 e 10/08/2018	R\$ 110,00	R\$ 220,00
	Após 10/08/2018	R\$ 500,00	R\$ 500,00

¹ Válido para associações realizadas até 31 de maio de 2018. As novas regras de associação da SBEO para 2018 serão divulgadas em breve.

ATENÇÃO:

Para os pesquisadores que tiveram trabalhos aprovados, a data limite para a inscrição de pelo menos um dos autores no evento é o dia **20 de julho de 2018 (às 23:59, horário de Brasília)**, conforme prazo estabelecido no cronograma do V CBEO, que compõe esta convocatória. A não inscrição de pelo menos um dos autores até esta data implica na exclusão do trabalho da programação e dos anais do V CBEO.

OBSERVAÇÕES:

Despesas com deslocamento, hospedagem e alimentação correm por conta dos participantes. Em momento oportuno, serão disponibilizados no site do evento sugestões de alimentação e locais de hospedagem.

A inscrição no congresso só será confirmada após o pagamento da taxa de inscrição, conforme instruções que acompanharão a carta de aceite do trabalho.

XII. Cronograma do V CBEO

Data	Atividade
18/12/2018	Abertura do Edital da 1ª Convocatória do V CBEO
23/02/2018	Encerramento da submissão das propostas de Grupos de Trabalho objeto do Edital da 1ª Convocatória do V CBEO.
07/03/2018	Divulgação do resultado das propostas submetidas ao Edital da 1ª Convocatória do V CBEO.
07/05/2018	Encerramento da submissão dos Trabalhos aos GTs e das propostas de Sessão Livre .
11/06/2018	Divulgação dos Trabalhos Aprovados
20/07/2018	Prazo para envio da versão final dos trabalhos aprovados . Prazo para pelo menos um dos autores dos trabalhos aprovados realizar sua inscrição no evento.
20 a 22/08/2018	V CBEO - Curitiba/PR

OBSERVAÇÃO: O horário de encerramento das datas mencionadas acima será sempre às 23:59 (horário de Brasília).

Considerando o início das atividades, recomendamos a todos os participantes que, se possível, cheguem a Curitiba no dia 19 de Agosto (domingo) e que retornem após o encerramento do

XIII. Casos Omissos

Casos não previstos nessa convocatória serão tratados diretamente com a comissão organizadora por e-mail cbco@sbeo.org.br

Comissões Organizadora e Científica do V Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais

Comissão Organizadora

1. Coordenação Geral
Professor Dr. José Henrique de Faria (UFPR)
2. Secretaria Executiva
Professora Dra. Alexandra Arnold Rodrigues (ISAE)
Professora Dra. Elaine Cristina Schmidt Ragnini (UFPR)
Professor Dr. José Ricardo Vargas de Faria (UFPR)
Professora Dra. Natália Rese (UFPR)
Professor Dr. Rafael Rodrigo Mueller (UDESC)
3. Coordenação Financeira
Professor Dr. Fabio Vizeu (UP)
4. Coordenação de Comunicação
Professora Dra. Camila Bruning (UFPR)
Professora Dra. Raquel Dorigan de Matos (UNICENTRO)
5. Coordenação Operacional do Evento
Professora Doutoranda Carolina de Souza Walger (UP; UFPR)
Professor Dr. Josué Alexandre Sander (ISAE)

Comissão Científica

Guillermo Ramirez, Presidente da Red Mexicana de Investigaciones en Estudios Organizacionales (REMINEO)

José Henrique de Faria, Coordenador Geral da Comissão Organizadora do V CBEO

Paulo Ricardo Zílio Abdala, Presidente da Sociedade Brasileira de Estudos Organizacionais (SBEO)

Rodrigo Muñoz Grisales, Presidente da Red Pilares

Diretoria da Sociedade Brasileira de Estudos Organizacionais

Paulo Ricardo Zílio Abdala

Deise Luiza da Silva Ferraz

Sueli Goulart

José Ricardo Vargas de Faria

Fábio Freitas Schilling Marquesan

ANEXO 1

I. IDENTIFICAÇÃO DOS GRUPOS DE TRABALHO APROVADOS E SEUS COORDENADORES, POR EIXO TEMÁTICO

Eixo Temático: Diversidades e produção das diferenças	
GT-01 Interseccionalidades nos Estudos Organizacionais: desigualdades de raça, gênero, sexualidade e classe nos processos organizativos	Ana Paula Rodrigues Diniz (FGV), Eliane Barbosa da Conceição (UNILAB), Fabiana Itaci Corrêa de Araújo (UFG), Josiane Silva de Oliveira (UFG/UEM), Juliana Cristina Teixeira (UFSJ) e Letícia Dias Fantinel (UFES)
Eixo Temático: Economia Política da Organização e do Poder, Relações de Produção e Classes Sociais	
GT-02 Acumulação de Capital: Organização do Trabalho, Tecnologia e Finanças	Deise Luiza da Silva Ferraz (UFMG), Elcemir Paço Cunha (UFJF) e José Henrique de Faria (UFPR)
GT-03 Empresa e modernidade: origens, características e implicações da generalização da forma empresa	Rosimeri Carvalho da Silva (UFRGS), Marcio Silva Rodrigues (UFPEL), Márcio Barcelos (UFPEL)
Eixo Temático: Estratégias Organizacionais	
GT-04 Estratégia, Organizações e Interculturalidade	Janaína Maria Bueno (UFU), Carlos Roberto Domingues (UFU), Michel Mott Machado (UMC) e Adriana Roseli Wünsch Takahashi (UFPR)
Eixo Temático: Ética	
GT-05 Ética Ambiental	Paulo Thiago Nunes Bezerra de Melo (UFRPE) e Hans Michael van Bellen (UFSC)
Eixo Temático: Instituições e Dinâmicas Sociais	
GT-06 Redes, Inovações e Organizações	Antonio Carlos Andrade Ribeiro (UNIFAL-MG), Davide Carbonai (EA/UFRGS), Silvio Segundo Salej Higgins (UFMG) e Velcimiro Inácio Maia (UFSJ)
Eixo Temático: Trabalho: organização, processo e relações	
GT-07 Diálogos sobre o Trabalho	Andrea Poleto Oltramari (UFRGS), Admardo Bonifácio (CEFET-MG), Fernanda Tarabal Lopes (UFRGS) e Ludmila de Vasconcelos Machado Guimarães (CEFET-MG)
GT-08 Análise reflexiva da prática nas organizações: contemplando diferentes áreas do conhecimento	Raquel Dorigan de Matos (Unicentro), Liliane Canopf (UTFPR), Marcio Cassandre (UEM) e Yára Lúcia Mazziotti Bulgacov (UP)
GT-09 Comportamento Humano, Organização e Trabalho	Kely César Martins de Paiva (UFMG), Diogo Henrique Helal (UFPB), Hélio Arthur Reis Irigaray (FGV), Jair Nascimento Santos (UNIFACS), José Ricardo Costa de Mendonça (UFPE) e Milka Alves Correia Barbosa (UFAL)
GT-10 Dinâmicas Atuais nas Relações de Trabalho: Flexibilização, Precarização e Informalização	Ana Márcia Almeida Pereira (UFPE), Roseli de Fátima Corteletti (UFCG), Roberto Vêras de Oliveira (UFPB) e Eugenio Pereira (UFPB)

Eixo Temático: Cultura e Simbolismo nas Organizações	
GT-11 As relações de poder no organizar (extra)ordinário da vida cotidiana	Alexandre de Pádua Carrieri (UFMG), Elisa Yoshie Ichikawa (UEM), Nathalia de Fátima Joaquim (UFLA) e Luiz Alex Silva Saraiva (UFMG)
Eixo Temático: Estado	
GT-12 Estado, sociedade e organizações: (re)articulações históricas e as disputas entre memória oficial e memória silenciada	Sergio Wanderley (Uningranrio), Amon Barros (FGV) e Denise Barros (Unigranrio)
GT-13 Organização, política e cultura	Eloise Helena Livramento Dellagnelo (UFSC), Daniele Canedo (UFBA), Helena Salles Uglione (UFSC), José Marcio Barros (UEMG) e Patricia Tometich (FURG)
Eixo Temático: Lutas Sociais	
GT-14 Organização de movimentos e lutas sociais em defesa da educação	Luiza Damboriarena (UFRGS/UNIPAMPA), André Dias Mortari (UFRGS), André Rosa Martins (FURG/IFRS), Sueli Goulart (UFRGS), Rafael Kruter Flores (UFRGS) e Guilherme Dornelas Camara (UFRGS)
Eixo Temático: Modos coletivistas de organização e produção	
GT-15 Trabalho autogestionário, associativismo e economia popular solidária: experiências de trabalhos e modos coletivistas de organização e produção do Século XXI	Ana Beatriz Trindade de Melo (PUCMINAS), Carlúcia Maria Silva (UEMG) e Gilberto Braga Pereira (FUNCESI)
Eixo Temático: Repercussões Organizacionais da Ciência e da Tecnologia	
GT-16 Estudos Organizacionais no Antropoceno	Fábio Freitas Schilling Marquesan (UNIFOR), Marina Dantas de Figueiredo (UNIFOR), José Miguel Imas Contreras (Kingston University) e Daniel Tagle Zamora (Universidad de Guanajuato)

II. DETALHAMENTO DOS GRUPOS DE TRABALHO APROVADOS

Grupo de Trabalho 01

Interseccionalidades nos Estudos Organizacionais: desigualdades de raça, gênero, sexualidade e classe nos processos organizativos

Descrição

Este Grupo de Trabalho (GT) visa discutir as desigualdades sociais nas organizações a partir de uma perspectiva interseccional. Ao retomarmos a noção de interseccionalidade, buscamos evidenciar não só como as diferenças se constituem em desigualdades sociais, mas também como essas desigualdades se articulam nos espaços organizativos, gerando mecanismos de exclusão e discriminação particulares. Para isso, serão destacados, especialmente, intercruzamentos entre (1) raça, cor e etnias; (2) gêneros ; (3) sexualidades ; e (4) classes

sociais , enfatizando a dimensão política de tais diferenças, em termos ideológicos, sócio-históricos e culturais. Esses tópicos serão analisados a partir de sua relação com as categorias trabalho, organizações, gestão e Administração, abordando desigualdades construídas e reproduzidas nas múltiplas dimensões organizativas da vida social . Nós propomos receber trabalhos que enfatizem debates sobre grupos historicamente constituídos como subalternos em relação à raça, cor, etnia, gênero, sexualidade e classe, assim como sobre os que ocupam lugares sociais de privilégio (masculinidades, branquidades , etc.). Nesse processo, também abrimos espaços para que discussões interseccionais sobre as desigualdades sejam debatidas a partir de diferentes contextos, a exemplo do racismo ambiental . Por meio deste GT, objetivamos avançar os debates promovidos nas duas últimas edições do CBE0, partindo de um olhar voltado para a análise de eixos unívocos de discriminação e exclusão, para outro, que saliente a complexidade da produção social das desigualdades nas organizações e no trabalho.

Grupo de Trabalho 02

Acumulação de Capital: Organização do Trabalho, Tecnologia e Finanças

Descrição

O objetivo central do GT é comportar a discussão com respeito à lei geral da acumulação capitalista em diferentes contextos históricos, mediada pela inovação tecnológica, organização do trabalho e finanças, como tendência que se efetiva em determinadas condições históricas. Nesse sentido, a organização do trabalho é um fator central para a implementação das inovações tecnológicas e para regular seus efeitos sobre a força de trabalho. É, ao mesmo tempo, determinada por essas inovações, modificando-se, como prática social, para oferecer respostas adequadas aos imperativos postos. Adicionalmente, considera-se que o avanço das tecnologias físicas constitui condição concreta para alterações na relação capital-trabalho, desenvolvendo, por exemplo, a possibilidade de transferir partes do processo de trabalho ao indivíduo consumidor da mercadoria ou, ainda, a possibilidade do capitalista prescindir da propriedade de parte dos meios de produção, reduzindo assim a necessidade do aporte de capital constante seja próprio ou captado no sistema financeiro. Tais alterações determinam mudanças na composição da classe trabalhadora e em sua subsunção ao capital. Assim, tendo a economia capitalista como conteúdo real, estuda-se o movimento objetivo desta economia, depreendendo as inovações tecnológicas, em seu processo histórico, incluindo-se as mais avançadas do estágio atual (inclusive no setor financeiro, como inovações financeiras e digitalização das operações no assim chamado mercado de capitais) como principal alavanca da produtividade e, portanto, como fator central da acumulação de capitais e da formação constante da superpopulação relativa, da pressão sobre as taxas de lucro e de utilização da capacidade instalada, da migração dos capitais aos setores financeiros, formação de bolhas e crises potenciais que afetam todo o sistema. O GT acomoda textos de pesquisa concreta e também ensaios teóricos que discutam aspectos de fundamento da economia política e das formas ideológicas (como filosofia da tecnologia, pensamento econômico, administrativo e organizacional).

Grupo de Trabalho 03

Empresa e modernidade: origens, características e implicações da generalização da forma empresa

Descrição

A empresa, um acontecimento moderno e insignificante em outros tempos e espaços, tornou-se, ao consolidar-se antes e acima de tudo como um símbolo de eficiência (econômica), a organização de referência (Solé, 2008) e o sistema normativo central das sociedades ocidentais e de todas as sociedades que seguem ou almejam a modernidade (Laval e Dardot, 2016). Intensificado com o projeto neoliberal, esse avanço e predomínio da empresa, o qual denominamos de processo de empresarização (Solé, 2008) ou empresariamento como chamam os autores da área da Educação (Neves, 2001) e da Geografia/Urbanismo (Vainer, 2013), acaba, no limite, por contribuir para redefinir relações sociais, maneiras de viver e subjetividades. O que está em jogo aqui não é apenas a incorporação das características, da linguagem, das técnicas e dos métodos empresariais por indivíduos ou organizações/instituições com naturezas distintas. É, nada mais e nada menos, a compreensão da empresa como um poder transversal que contribui para estabelecer a forma de nossa existência, isto é, o modo como nós agimos e nos relacionamos com os outros e com nós mesmos. Até o momento, há um pequeno número de trabalhos que abordam este fenômeno, assim como é quase inexistente a reflexão sobre a empresa, como ideia, forma ou modelo, no interior dos estudos organizacionais e da própria administração. Apesar de todos os aspectos negativos oriundos desse processo, talvez o cerne dessa escassez de trabalhos e desse avanço da empresa sobre tudo e todos seja, justamente, na compreensão da mesma como uma evidência característica e natural de nosso mundo. Por isto queremos convidar os interessados em analisar, desnaturalizar e denunciar as origens, as características e as implicações da elevação da forma empresa como modelo social universalmente generalizável (elemento de organização social e/ou forma organizacional central) (Foucault, 2008). Entendemos que esta discussão implica na reflexão crítica sobre os traços constitutivos da empresa, sobre a incorporação de um comportamento empresarial por organizações/instituições que não possuíam tal orientação e sobre a influência da empresa em nosso modo de vida. Serão bem-vindos trabalhos preocupados em analisar as derivações mais visíveis daquela generalização, tais como: empreendedorismo, gerencialismo, financeirização, privatização, pejetização ou mercadorização. Além dessas, tomando a empresarização como um processo que, ao contar com o auxílio diversas organizações e instituições, concorre para (re)construir, impor e consolidar certos comportamentos e regimes de verdade, nos parece igualmente importante analisar a ideia de empresa como um dispositivo de poder, a construção e manutenção de sua centralidade, dentre outras possibilidades. Nesse sentido, afora as discussões sobre o papel da mídia nesse processo, também serão bem vindos trabalhos que abordem a questão do Estado e da administração pública enquanto esferas de propagação do modelo empresarial (Estado-empresa, Estado-empendedor, empreendedorismo na administração pública, dentre outros temas relacionados) e seus impactos sobre os processos de formulação e implementação de políticas públicas.

Grupo de Trabalho 04

Estratégia, Organizações e Interculturalidade

Descrição

As organizações não apenas sofrem os efeitos do fenômeno denominado globalização, mas também são estimuladoras, facilitadoras e sustentadoras da expansão de tal processo (PARKER, 2014; SANTIAGO; MACHADO, 2015). Assim, preocupações à gestão organizacional e às ciências administrativas e organizacionais, têm se encaminhado na direção de buscar compreender os percursos dos negócios internacionais; a capacidade das empresas se envolverem em atividades globais; a dinâmica da globalização com a economia, a política, a cultura e a tecnologia globais; implicações às organizações na perspectiva da responsabilidade social, da estrutura e da estratégia organizacional, entre outros aspectos (PARKER, 2014). De fato, reconhece-se que a mundialização da economia tem trazido para as organizações oportunidades e desafios, sendo que de um ponto de vista da gestão humana e social nas organizações, a multinacionalidade passa a ser uma característica de empresas multinacionais e nacionais que contemplam em seus quadros profissionais de várias nacionalidades (TEIXEIRA; PAZ; ARAÚJO; MACHADO, 2017), de modo que tem-se considerado a mobilidade como um capital simbólico no mundo organizacional (FREITAS, 2009). Ademais, diante desse contexto global, é preciso refletir sobre os pontos de contato entre a gestão internacional e a cultura nacional/regional/local (DOMINGUES; BUENO, 2008), pois verifica-se a ampliação das estratégias de internacionalização das empresas, inclusive de empresas de economias emergentes (BUENO; DOMINGUES, 2011). Dentro da perspectiva denominada "estratégica", por exemplo, a expatriação é vista como uma ação voltada a um modelo de gestão de pessoas que pretende desenvolver nos executivos, competências do chamado "executivo global", isto devido à necessidade de alcançar vantagem competitiva por meio das competências individuais e da organização (HOMEM; TOLFO, 2008; STROH; CALIGIURI, 1998; BLACK; GREGERSEN, 1999; CALIGIURI; STROH, 1995). Nessa mesma direção, Black e Gregersen (1999) e Halcrow (1999), sinalizaram as principais razões pelas quais as empresas enviam expatriados ao estrangeiro: abrir novos mercados; facilitar fusões e aquisições; aumentar market share ou barrar o avanço de concorrentes; desenvolver visão estratégica de negócios no país de destino; instalação de tecnologias e de sistemas; aumento da inovação; desenvolvimento de liderança global; transferência de conhecimentos para os profissionais locais; entre outras. Acredita-se, portanto, que se faz necessário refletir sobre essas e outras questões relevantes, a partir de diferentes abordagens epistemológicas, teóricas e/ou metodológicas, a fim de possibilitar um aprofundamento da reflexão sobre as organizações, suas estratégias, bem como de uma possível gestão em contexto intercultural (DAVEL; DUPUIS; CHANLAT, 2008). Assim, admitindo-se a abrangência disciplinar/interdisciplinar do termo "estratégia", o GT "Estratégia, Organizações e Interculturalidade", tendo por base uma perspectiva estratégica, busca ampliar e aprofundar o conhecimento sobre as práticas organizativas voltadas à gestão intercultural nas organizações, sendo alguns dos principais temas de interesse: intensificação de missões internacionais e do trabalho em equipes multiculturais; formação e trabalho de equipes multiculturais; programas de treinamento para desenvolvimento da sensibilidade intercultural ou de competências específicas; trabalho em equipes multiculturais e desempenho organizacional; gestão em contexto intercultural e competitividade; desenvolvimento das competências do executivo global; comunicação em ambientes multiculturais ou interculturais; gestão da expatriação e da repatriação; consequências da

mobilidade profissional às organizações e para os sujeitos; competências interculturais; as carreiras internacionais; competências e papel dos gestores em ambientes multiculturais; representações sociais do estrangeiro e do grupo; dilemas e as ambiguidades no cotidiano intercultural; aquisição e transferência de conhecimento intercultural; sensibilidade, inteligência e competência e a necessidade de tempo e espaço para esta reflexão nas organizações; gestão internacional, cultura local e regional; interações culturais intranacionais; interculturalismo e multiculturalismo; perspectivas latinas em estudos multi e interculturais no âmbito das organizações.

Grupo de Trabalho 05

Ética Ambiental

Descrição

O objetivo deste GT é discutir estudos que abordam a perspectiva da ética da responsabilidade, destacando as consequências das ações organizacionais para com o meio ambiente. Nesse sentido, interessam estudos sobre organizações governamentais, empresariais, da sociedade civil e arranjos interorganizacionais de diferentes composições. O escopo deste GT também é composto por estudos que abordam os seres humanos como parte integrante do meio ambiente, em uma perspectiva ecocêntrica, discutindo o equilíbrio de suas necessidades e ações organizadas às dos demais seres vivos do planeta. Também fazem parte do escopo deste GT os estudos organizacionais orientados para a educação ambiental, em suas diversas abordagens, incluindo aqueles que discutem unidades de conservação, políticas públicas e modelos participativos. Os modelos de gestão pública também compõem o escopo de GT, com o interesse especial nos estudos sobre gestão de recursos hídricos, do saneamento básico e de resíduos sólidos. Estudos que tratam da relação das organizações no ambiente rural com o meio ambiente também são bem-vindos, discutindo tanto os sistemas agroindustriais quanto os diversos arranjos organizacionais na agricultura familiar. Os estudos que tratam das diferentes formas de agricultura sustentável, como alternativas interessadas no equilíbrio entre questões relacionadas à saúde ambiental, justiça social e viabilidade econômica, também compõem o escopo deste GT. Também são do interesse deste GT os estudos que abordam o papel das estratégias e das comunicações organizacionais na sociedade do consumo, promovendo um debate sobre os padrões do comportamento consumidor e suas relações com o meio ambiente. Nos espaços públicos e comunitários, o cuidado para com o meio ambiente pode ser fortalecido por meio de um comprometimento mais forte com as responsabilidades de cidadania, que assumem papéis relevantes no alcance do desenvolvimento sustentável. Assim, os estudos sobre a cidadania e seus papéis nos cuidados para com o meio ambiente também compõem o escopo deste GT, incluindo as organizações não governamentais e lideranças comunitárias. Nesse sentido, os estudos sobre os cuidados com a água e com os resíduos também são do interesse deste GT. Ainda fazem parte do escopo deste GT os estudos que discutem processos de elaboração, avaliação e/ou acompanhamento da sustentabilidade no desenvolvimento local a partir do envolvimento dos atores da comunidade. Por fim, também são do interesse deste GT as discussões sobre ética ambiental em nível global, analisando as organizações que estabelecem uma ordem mundial para além dos limites nacionais, sejam organizações intergovernamentais, ONGs ou empresas multinacionais.

Grupo de Trabalho 06

Redes, Inovações e Organizações

Descrição

O Grupo de trabalho Redes, Inovações e Organizações tem como objetivo debater modelos analíticos e resultados de pesquisas cujo foco consiste em redes intra e interorganizacionais, bem como inovações institucionais e sociais. Os trabalhos a serem discutidos no grupo podem ser enquadrados sobre o prisma de diferentes disciplinas, passando pela sociologia, ciência política, administração, economia e psicologia. O grupo pretende criar um espaço transdisciplinar que favoreça a disseminação de contribuições de diversas abordagens sobre o tema, contribuindo para o desenvolvimento criativo dos estudos organizacionais brasileiros sobre redes, inovações e organizações. Espera-se reunir, por um lado, trabalhos sobre redes de organizações públicas e privadas que conformam redes de políticas públicas, redes de movimentos sociais, redes de partidos políticos, redes de cidades, redes de organizações não governamentais e redes de empresas. Por outro lado, serão selecionados estudos sobre inovações institucionais e sociais que destaquem mecanismos associados às redes intra ou interorganizacionais. Pretende-se que as discussões realizadas no GT contribuam para o avanço do conhecimento acerca de como operam os mecanismos de gênese, reprodução e difusão de redes organizacionais e inovações, bem como sobre a formação de laços em redes intra e interorganizacionais. Em um sentido geral, o GT priorizará pesquisas sobre o processo de mudança institucional e sobre o impacto da desigualdade social na configuração de redes intra e interorganizacionais. Pontualmente, interessa reunir trabalhos sobre a seleção social de parceiros, o impacto do capital social e da força dos laços sobre o desempenho de atores imersos em redes, a manifestação do efeito Mateus em sistemas de trocas intra e interorganizacionais, a solução de conflitos em redes e processos de isomorfismo e empreendedorismo institucional. Também serão incluídos trabalhos sobre as dimensões estrutural, espacial, relacional, cultural-cognitiva e política de redes organizacionais. Trabalhos teóricos que discutam temas como: agência-estrutura, cooperação-conflito, problemas de ação coletiva, poder em campos organizacionais, comparação entre os conceitos de redes, campos e ambientes organizacionais e outros temas relacionados. Por fim, cabe destacar que os coordenadores desta proposta desejam garantir uma identidade para o GT, qual seja: um grupo de estudos organizacionais que se apoia na metodologia da Análise de Redes Sociais. É desejável que os trabalhos apresentados nas seções do GT tenham por base os métodos, os conceitos, as medidas e as técnicas de tratamento de dados relacionais desenvolvidas pelos teóricos e pesquisadores da Analysis Social Networks, seja para descrever estruturas de redes intra ou interorganizacionais, para analisar a centralidade e o poder dos atores nas redes, para analisar subgrupos, posições e papéis nos sistemas relacionais ou para mensurar o impacto de relações interpessoais sobre a formação de laços organizacionais em redes multiníveis.

Grupo de Trabalho 07

Diálogos sobre o Trabalho

Descrição

Nosso intuito com este grupo de trabalho é dar continuidade aos diálogos iniciados nos III e IV CBE0, trazendo novamente para a discussão, no âmbito dos Estudos Organizacionais, as perspectivas de compreensão do trabalho humano conhecidas como "Clínicas do Trabalho". Uma abordagem Clínica sempre busca compreender o que faz a singularidade radical de uma situação, problema, ou mal-estar, de grupos ou pessoa. Uma Clínica do Trabalho dirige sua atenção para as singularidades expressas nas atividades de trabalho. Como sabemos, são muitas e diferenciadas as possibilidades de pesquisa e intervenção sob as orientações das abordagens que se reconhecem como "Clínicas do Trabalho", as quais destacamos: a Clínica da Atividade, a Psicodinâmica do Trabalho, a Ergologia, a Psicossociologia, a Psicanálise em Extensão, dentre outras. Intentamos explorar como se encaminham, em cada abordagem, as pesquisas e investigações: Com que métodos? Munidos de quais conceitos e construtos teóricos? Na expectativa de que tipo de resultados? As possibilidades de compreensão do trabalho por meio das abordagens clínicas têm sido cada vez mais recorrentes no campo dos Estudos Organizacionais, e mostram-se um caminho profícuo e aprofundado para se tratar as mais diversas possibilidades de relações estabelecidas do homem, com e no trabalho. Além das abordagens específicas mencionadas, são também bem-vindas propostas que dialogam sobre o trabalho em suas diversas facetas, tais como: as circunstâncias pelas quais o trabalho é construído e reconstruído; a produção social de sofrimento no trabalho; os aspectos criativos e construtivos do sujeito em sua experiência no trabalho; significados simbólicos atribuídos ao trabalho, processo e organização; as relações de trabalho em uma concepção crítica e dialógica. Assim, queremos oportunizar aos estudiosos que já se orientam nessas vertentes um espaço para o debate e a reflexão, e para a comunidade em geral, a possibilidade de conhecimento nessa área de investigação.

Grupo de Trabalho 08

Análise reflexiva da prática nas organizações: contemplando diferentes áreas do conhecimento

Descrição

Analisar as organizações em suas diversas concepções (além das organizações produtivas, os grupos minoritários, os excluídos do sistema econômico desconsiderados no mainstream, povos indígenas, faxinais, agricultura familiar, quilombolas, diversidade de gênero, diversidade étnica, movimentos sociais, Organizações não Governamentais, entre outros), como um fenômeno social, concreto, histórico e dialético; um elemento da sociedade que está sempre em estado de tornar-se, produto do processo de construção social; sistemas de causalidade intersubjetiva, com densos processos cotidianos que se interconectam em vozes, lugares e momentos diferentes, em que as partes contêm o todo e são lugares de residência de atividade, ação e produção de subjetividade. O conceito de prática social é adotado como unidade de análise conforme compreendido pela Psicologia Social, Cultural e Histórica e pela Psicologia Social Comunitária Latino Americana. São bem vindos temas que apresentem

metodologias, métodos e técnicas de pesquisa que apresentem uma prática reflexiva, libertadora, expansiva e engajada, que façam o enfrentamento da dicotomia entre o sujeito que pensa e o que executa. Assim, contemplando as diversas áreas do conhecimento que tenham aderência à presente proposta, que contemplem as experiências e autores latino americanos.

Grupo de Trabalho 09

Comportamento Humano, Organização e Trabalho

Descrição

O objetivo do grupo temático será incentivar as discussões em torno do campo do "Comportamento Humano, Organização e Trabalho", promovendo debates integrados entre subtemas tradicionais e contemporâneos. Toda organização se constitui a partir das ações dos sujeitos, tornando fundamental os estudos e pesquisas sobre comportamento humano e trabalho em organizações.

As formas de organizar o trabalho engendram subjetividades próprias do comportamento humano, de forma que é possível refletir sobre um conjunto de particularidades neste tema. Este GT tem por finalidade debater não o desenvolvimento de técnicas de aperfeiçoamento da organização e do processo de trabalho, mas as contribuições para o desenvolvimento humano na perspectiva comportamental.

As pesquisas nesta área não são recentes, mas têm ganhado impulso no Brasil devido a diversos aspectos: na academia, as dificuldades em torno de delimitações conceituais e de campos de pesquisa têm privilegiado alguns temas em detrimento de outros e, em ambos os casos, contribuído para avanços nas políticas e práticas de gestão aquém de seu potencial, no interior das organizações; já nestas, percebe-se tanto o tratamento superficial e ideológico dessas questões como o despreparo dos responsáveis pela gestão de pessoas em lidar com os processos envolvidos, suas causas e consequências.

Considera-se fundamental conhecer não apenas os resultados das pesquisas, mas também os aportes metodológicos que têm permitido aos pesquisadores se aproximarem dos fenômenos em foco, melhor delimitarem e aprofundarem nas temáticas, ampliarem as discussões e contribuir para a difusão desse conhecimento, extremamente útil aos estudos sobre trabalho e comportamento humano nas organizações, especialmente as brasileiras.

Em princípio, sugere-se a submissão de artigos que tratem de: trabalho e valores pessoais, profissionais e organizacionais; trabalho e vínculos organizacionais nas relações de trabalho (comprometimento, entrincheiramento, consentimento); qualidade de vida no trabalho, estresse ocupacional e síndrome de burnout; justiça organizacional, atitudes retaliatórias e retaliação no trabalho; prazer e sofrimento no trabalho; percepções temporais, organização e trabalho.

Estudos que considerem aspectos críticos relacionados aos descritos também são bem-vindos, assim como os de aportes metodológicos tradicionais e diferenciados e, também, outros que tangenciem os subtemas e sejam considerados pertinentes à temática principal.

Grupo de Trabalho 10

Dinâmicas Atuais nas Relações de Trabalho: Flexibilização, Precarização e Informalização

Descrição

Neste Grupo de Trabalho pretende-se reunir discussões que abordem as dinâmicas atuais de organização da produção e das relações de trabalho, enfocando principalmente nas formas de trabalho flexível, a exemplo da terceirização, do trabalho intermitente, a domicílio, por conta própria, dentre outras expressões deste processo, que tornam predominantes a precariedade e informalidade das condições e relações de trabalho com perdas de direitos para os trabalhadores.

A dinâmica capitalista global de acumulação, expressa pelo poder do mercado financeiro sobre o setor produtivo, vem produzindo e intensificando no Brasil formas flexíveis e precárias de trabalho para parcelas da classe trabalhadora, principalmente os jovens, os negros e as mulheres, com efeitos diferenciados entre regiões e atividades econômicas no país. Em paralelo a isto, no último biênio, o desemprego voltou a ser uma das principais questões enfrentadas pelo debate público, combinado com a proliferação das soluções de matriz neoliberal, que avançam no resgate de formas flexíveis, historicamente constitutivas de nosso mercado de trabalho, e concorrem para maior fragilidade institucional da proteção social.

Este processo inacabado, ainda em curso e produto das lutas sociais assimétricas entre capital e trabalho, desafia os sujeitos em suas formas de organização, nas buscas por alternativas de sobrevivência, e provoca o debate acadêmico. Nesta linha, o Grupo de Trabalho busca refletir criticamente sobre experiências que evidenciem essas mudanças ocorridas no mundo do trabalho, principalmente no contexto periférico como o do Brasil. Serão acolhidos artigos com resultados parciais e finais de pesquisas empíricas e/ou ensaios teóricos, inclusive de natureza interdisciplinar, que problematizem as fronteiras entre o trabalho formal e o informal; as velhas e novas desigualdades entre trabalhadores e gestores; as segmentações e as disparidades regionais de gênero, qualificação, renda, raça, geração e ocupações entre os trabalhadores em segmentos produtivos diversos (indústria, serviços e comércio), com atenção especial às conexões global-local e suas contradições. Estudos envolvendo as implicações da nova morfologia de contratações (e.g. terceirização das atividades-fim das empresas e do trabalho intermitente, entre outros), atualmente em voga desde a recente aprovação da Reforma Trabalhista e suas consequências para a vida profissional e social de trabalhadores também serão bem recebidos.

Grupo de Trabalho 11

As relações de poder no organizar (extra)ordinário da vida cotidiana

Descrição

A proposta deste GT é trabalhar, de forma transdisciplinar, a resignificação do conceito de gestão, a partir das histórias, memórias, práticas e relações de poder imbricados no cotidiano das manifestações sociais (tradicionais) da sociedade. Significa pensar a gestão como ordinária, expandindo as possibilidades do que seja gerir, organizar e administrar. Por um lado, caracteriza as impossibilidades e as limitações da gestão instrumental para fazer frente à

realidade e, por outro, o interesse de aproximação com o cotidiano nas formas de organizar. A categoria 'gestão ordinária' parte da desconstrução do termo e de seus usos predominantes na administração, de forma a deslocá-los dos contextos dominantes nos quais foram dispostos como instrumentos de poder. Propõe-se aqui o estudo do ordinário, com foco na mulher/homem comum, em suas práticas, saberes e relações de poder que caracterizam um gerir particular que se realiza cotidianamente. O olhar também se dirige ao mundo cotidiano, abrigo de uma produção ilimitada de racionalidades, de temporalidades e espacialidades diferenciadas; que por sua heterogeneidade se caracteriza pela possibilidade, pelo devir nas e das relações sociais.

Grupo de Trabalho 12

Estado, sociedade e organizações: (re)articulações históricas e as disputas entre memória oficial e memória silenciada

Descrição

Este GT se articula ao eixo temático 5 (Estado) à medida que busca pesquisas que explorem e problematizem as relações políticas, econômicas e sociais que se estabelecem entre Estado(s), organizações e sociedade a partir de uma perspectiva histórica. A chamada é aberta a diferentes abordagens teóricas e metodológicas e que promovam a interdisciplinaridade com campos para além da história, como por exemplo a ciência política (Ribeiro, 2006) e a história do pensamento econômico brasileiro (Bielschowsky, 1988).

Neste sentido, são bem vindos estudos que busquem analisar e problematizar como as fontes e os arquivos históricos podem contribuir para um melhor entendimento acerca dos fenômenos organizacionais, e como a pesquisa histórica pode ser usada pelos pesquisadores para além de um engajamento superficial com o passado. Destarte, estamos interessados em artigos que discutam como as organizações materializam estrategicamente o seu passado por meio da criação e da gestão dos seus acervos e arquivos documentais, construindo dinamicamente significados que expressam, em última instância, as disputas entre memória oficial e memória silenciada.

Em particular, estamos interessados em investigações que tratem das relações entre organizações e o Estado antes e durante a ditadura empresarial-militar brasileira que se estabeleceu em abril de 1964 (Dreifuss, 1981; Gonçalves, 2016). Recentemente, a Volkswagen foi a primeira empresa a admitir a sua convivência com práticas de violência e violação dos direitos humanos dos trabalhadores (Kopper, 2017), o que ilustra a atualidade do tema e marca a abertura de um vasto campo de pesquisa ainda pouco explorado, dado que a Comissão Nacional da Verdade apurou o nome de mais de 80 empresas envolvidas com o financiamento de práticas repressivas (Costa e Silva, 2018). Ademais, diversos desenvolvimentos políticos atuais trazem reminiscências do passado histórico, salientando o papel de empresas e outras organizações da sociedade civil na formatação das sociedades (Barley, 2010). Um exemplo recente é a resistência do Banco Central em abrir os arquivos do Conselho Monetário Nacional no qual autoridades do governo e empresários tomavam decisões conjuntas (Leitão, 2018).

Além disso, sabemos que a responsabilidade social corporativa, pode possuir um elemento histórico (Schremppf-Stirling, Palazzo e Philips, 2016) e que as relações entre Estado e direitos humanos precisam ser problematizadas (Barros, 2018). Também já se discute como as empresas podem usar o seu passado como um recurso (Foster, et al., 2011), e que a lembrança tem uma dimensão política, muitas vezes negligenciada (Sørensen, 2014). Nesse sentido, cabe questionar como as diversas organizações estatais e privadas atuam a fim de produzir ou ocultar memórias coletivas (Rowlison, et al., 2010).

Em um outro nível de análise, buscamos investigações em torno das articulações entre o Brasil e Estados estrangeiros, também naquele período, que implicaram em alteração nas relações entre estado, sociedade e organizações no Brasil (e na América Latina). Exemplos incluem a Aliança para o Progresso (Ribeiro, 2006; Taffet, 2007) assinada entre o governo dos EUA e países da América Latina – com exceção de Cuba – e a “Operação Condor” organizada entre os militares na América do Sul (Mader, 2007).

Pesquisas sobre períodos históricos anteriores são também bem vindas, como o período entre 1930-1960 em que houve profundas modificações na organização do estado brasileiro (Tenório e Wanderley, 2018), marcado pelo nacional-desenvolvimentismo (Bielschowsky, 1988). Encorajamos trabalhos que sejam baseados em fontes para além das usualmente utilizadas na área de estudos organizacionais tais como arquivos públicos, arquivos privados e/ou empresariais, arquivos da Comissão Nacional da Verdade; jornais da época (Brito, 2011); filmes; documentários e outras formas de comunicação. Por exemplo, documentários como “Jango” (Tendler, 1984), “Cidadão Boilesen” (Litewski, 2009), “O Prólogo” (Marinho, 2013), “O Dia que durou 21 anos” (Tavares, 2013) e “Em Nome da América” (Weller, 2017) são importantes fontes de pesquisa.

Grupo de Trabalho 13

Organização, política e cultura

Descrição

O campo da cultura vem sendo interpelado política e economicamente desde meados da década de 90 de modo mais intenso que era antes. Tanto na esfera de organizações internacionais como no âmbito nacional observamos novas dinâmicas cujo marco parece ser o relatório “Nossa diversidade criadora”, de 1995, no que diz respeito a organizações internacionais. No âmbito nacional temos marcos importantes entre os quais destacamos as políticas dirigidas ao campo, notadamente a partir de 2003, primeiro governo Lula. Muitas análises têm sido feitas em diferentes áreas do conhecimento sobre os programas propostos, como o Programa Cultura Viva, o Sistema Nacional de Cultura, as políticas de financiamento e o incentivo à economia criativa. Queremos convidar os colegas das diferentes áreas para novas análises que pensem a relação entre política, organização e cultura. Esperamos receber artigos construídos a partir de diferentes perspectivas teóricas e metodológicas, que considerem a Política e as políticas, a organização como substantivo e como verbo e a cultura nas suas diferentes manifestações e definições. Importante ressaltar que não incluímos nesta chamada trabalhos sobre cultura organizacional. Nossas principais inquietações residem nas relações que se estabelecem a partir destas interpelações políticas e econômicas no campo da cultura. Algumas questões podem ser consideradas para discussão, tais como: De que modo são

dinamizadas as relações de poder? Que espaços são conquistados por novos agentes? Que participação é construída frente a estas novas dinâmicas, espaços e agentes? De que maneira a organização e a gestão das organizações culturais tem se configurado?

Grupo de Trabalho 14

Organização de movimentos e lutas sociais em defesa da educação

Descrição

No período recente, inúmeros movimentos e ações em defesa da educação têm eclodido como resposta aos ataques perpetrados pelas diversas instâncias do governo no Brasil. Ocupação de escolas secundárias e de universidades, greves de técnicos e docentes em instituições federais de ensino, organização da Frente Escola sem Mordada, greves de docentes de escolas públicas estaduais, são alguns registros que expressam a diversidade de organização e de lutas relacionadas à educação no País.

Estamos convencidos, como acadêmicos e militantes, que devemos articular as duas dimensões do pensamento crítico-reflexivo: o conhecimento que é teoricamente elaborado e o que emerge desde baixo e fica, na maior parte das vezes, restrito aos espaços de luta, como indica Rauber (2004). Ou, como recomenda Dunayevskaya (1982), tratar a própria prática dos ativistas como uma forma de teoria. Essa prática de organização e luta expressa uma negatividade absoluta (Dunayevskaya, 1982): a negação da negação da educação.

Estudar os movimentos sociais e as lutas populares desde baixo requer respeito aos propósitos éticos e políticos daqueles que os organizam; e abre a possibilidade de produzir conhecimento através de processos que articulem teoria e prática, que tomem realidades concretas como pontos de partida, que compartilhem o objetivo de criar um conteúdo teórico que seja relevante e significativo porque está conectado com a vida cotidiana dos ativistas e resulta em significados co-construídos sobre suas práticas organizacionais (Malo, 2004).

Tendo como referência o contexto de lutas em defesa da educação e o movimento dialético entre prática e teoria, o objetivo desse GT é criar um espaço de trocas e interações entre militantes e pesquisadores dedicados ao tema dos movimentos e lutas sociais em defesa da educação. Esperamos contribuições relacionadas a um ou vários tópicos apresentados abaixo, registrando que essa é uma lista indicativa e não exaustiva. Ou seja, contribuições relacionadas ao tema geral deste GT, ainda que sem relação direta com algum tópico abaixo, poderão ser igualmente consideradas.

- Diálogos teóricos com o conhecimento produzido pelos ativistas em suas práticas organizacionais.
- Significado organizacional de movimentos efêmeros/eventos.
- Especificidades das lutas sociais em defesa da educação.
- Dimensão organizacional de movimentos de ocupação.
- Greve e vida cotidiana - lugar de transição, encontros, interações e conflitos.
- Práticas organizacionais no âmbito sindical.

- Relação entre movimentos e lutas sociais com organizações políticas.
- Dialética da organização em suas múltiplas contradições, tais como espontaneidade/organização, autonomia/demandas ao aparelho de Estado, horizontalidade/hierarquias, liderança/mandar obedecendo, razão estratégico-crítica/recusa da razão estratégica.
- Significados e limites de práticas de auto-organização.
- Práticas de pesquisa no estudo de movimentos e lutas sociais e seus limites.

Grupo de Trabalho 15

Trabalho autogestionário, associativismo e economia popular solidária: experiências de trabalhos e modos coletivistas de organização e produção do Século XXI

Descrição

As transformações ocorridas no mundo do trabalho nas últimas décadas intensificaram o desemprego e a informalidade, bem como a precarização e perda de direitos. Tais mudanças possibilitaram a emergência do trabalho cooperado e associativo, contribuindo para que trabalhadores excluídos do mercado de trabalho e desprotegidos do Estado recorram a atividades informais, como alternativas de trabalho e renda.

As iniciativas de trabalho cooperado e autogestionário, dentre eles, a economia solidária, o cooperativismo, têm encontrado entre os excluídos do mercado de trabalho formal, um vasto e fértil campo de ação, no qual novas potencialidades de organização e inclusão socioproductiva se fazem presentes.

Debater as novas configurações do trabalho, bem como possíveis estratégias de produção e organização coletiva de trabalhadores desempregados, iniciativas do cooperativismo popular e de gestão de empreendimentos econômicos solidários, constituem os principais objetivos desta proposta. Objetiva-se também detectar processos organizativos e políticos, por trabalho e geração de renda, reconhecimento e fortalecimento da cidadania participativa.

Serão bem-vindas reflexões e experiências sobre autogestão e organizações coletivas, desenvolvimento local sustentável e dinamização socioeconômica e ambiental dos territórios, bem como implicações de tais experiências para a subjetividade humana e as relações interpessoais. O eixo engloba ainda trabalhos e debates relativos a reflexões analíticas e empíricas das teorias sobre a economia social e solidária, sua pluralidade de manifestações empíricas e organização do movimento cooperativista. Pretende-se também discutir o papel do Estado no fomento e consolidação da economia solidária e do cooperativismo bem como suas estratégias organizativas e lutas por cidadania e reconhecimento.

O presente GT objetiva também, discutir as possíveis interfaces das ações extensionistas e o papel social e político da Universidade. Reflexão e debate que serão norteados pelas seguintes temáticas:

- Transformações no mundo do trabalho, cooperativismo e economia solidária;

- Educação, trabalho autogestonário e a organização dos trabalhadores em busca de democracia participativa e cidadania;
- Experiências de novas formas de organização [e de gestão] de trabalhadores informais, tais como economia solidária, empresas recuperadas e outras formas associativas;
- Ações extensionistas e interfaces Universidade e Comunidade.

Grupo de Trabalho 16

Estudos Organizacionais no Antropoceno

Descrição

O escopo desta proposta envolve a retomada de uma constatação feita no começo da década de 1990 sobre a falta de engajamento por parte de pesquisadores de Estudos Organizacionais (EOs) para com a questão ecológica (Shrivastava, 1990; 1994) – constatação esta recorrentemente debatida por uma série de autores preocupados com a temática ambiental (Cunha et al., 2008; Heikkurinen et al., 2016; Jermier e Forbes, 2016; Kallio e Nordberg, 2006; Martínez-Alier, 2015). Naquele momento, parecia evidente que a orientação para a destruição que rege muitas organizações (Banerjee, 2008) estava então sendo desafiada. Apesar disso, movimentos (res)surgidos na esteira dessas questões não foram suficientes para instaurar uma crise profunda de legitimidade no sistema vigente. Na visão de Misoczky e Böhm (2012), o que se sucedeu ao longo dos anos 2000 foi uma bem-sucedida ressignificação da atividade capitalista (a partir de ideias ambíguas como sustentabilidade e economia verde) sem que se problematizasse a contento as repercussões organizacionais da ciência e da tecnologia. Diante das mudanças climáticas, do comprometimento da biodiversidade e das profundas alterações na geomorfologia da Terra (provocadas pela ação humana potencializada por meio de organizações), ciência e tecnologia podem ser apontadas tanto como causa quanto como possibilidade de solução de catástrofes ambientais. Nesse quadro, a aceitação do Antropoceno (Crutzen, 2002; Malm e Hornborg, 2014; Steffen, Crutzen e McNeill, 2007; Steffen et al., 2015) representa a abertura de uma nova arena para a denúncia da crise ecológica no campo científico, além de fomento à crítica à crença modernista de que ciência e tecnologia podem solucionar os problemas da humanidade. Crença essa que permanece na ordem do dia, como demonstram Asafu-Adjaye et al. (2015), segundo os quais “um Antropoceno excelente” (p. 6) pode ser vivido a partir da aplicação de conhecimentos e tecnologias com “sabedoria” (p. 6), isto é, dada a intensificação de muitas atividades humanas a partir da aplicação de “uma gestão apropriada” (p. 10). Por outro lado, em contraponto a essa visão, no Segundo Aviso dos Cientistas do Mundo à Humanidade (Ripple et al., 2017), fica claro que a superação da crise ambiental no Antropoceno envolve um processo de mudanças políticas, sociais e organizacionais tanto quanto que depende menos de ciência e tecnologia do que de alterações profundas, por exemplo, no estilo de vida moderno-ocidental-capitalista. Para “prevenir a generalização da miséria e a catastrófica perda da biodiversidade, a humanidade deve praticar uma alternativa mais ambientalmente sustentável em relação às práticas atuais [de negócios]” (Ripple et al., 2017, p.3).

O objetivo do GT é fomentar uma discussão que aponte as repercussões do pensamento científico em gestão e das técnicas/tecnologias de gestão sobre o meio ambiente e os limites

que as perspectivas tradicionais hegemônicas sobre a relação organização-natureza têm imposto à Teoria Organizacional no contexto do pensamento intelectual e da vida cotidiana. Buscamos, ainda, pavimentar caminhos para a superação desse estado de coisas. Gostaríamos de convidar ao GT trabalhos que se dedicassem a debater questões tais como as seguintes (ainda que não limitadas a elas):

- Teorizações alternativas ao paradigma dominante da sustentabilidade nos Estudos Organizacionais;
- Reflexões sobre a relação organização-natureza na Teoria Organizacional e suas implicações sobre a gestão;
- Contradições inerentes à tríade produção-distribuição-consumo da Ciência e da Tecnologia em relação às necessidades da vida humana contemporânea e à conservação do meio ambiente;
- Revisões da ideia de sustentabilidade tanto para os negócios quanto para a sobrevivência de comunidades em situação de vulnerabilidade;
- Discussões sobre políticas institucionais e práticas organizativas quanto ao impacto das atividades empresariais na natureza e nas comunidades afetadas;
- Reflexões sobre a responsabilidade dos estudiosos das organizações na crise ambiental contemporânea.

ANEXO 2

EIXOS TEMÁTICOS DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS

1. Cultura e Simbolismo nas Organizações (ou na vida organizada)

O eixo aglutinador da temática “Simbolismo e Cultura nas Organizações (ou vida organizada – aumentando o escopo para cidades, movimentos sociais etc.) ” visa debater os diversos aspectos relacionados aos processos que envolvem simbolismo e culturas em organizações (processos organizativos) inspirados na tradição antropológica, compreendendo, portanto, cultura numa perspectiva interpretativista e crítica.

Este eixo parte da necessidade de superar o debate funcionalista que limita cultura organizacional à uma variável que precisa ser controlada e manipulada em busca de desempenho corporativo, como se ela tivesse uma forma una e integradora. Parte-se do pressuposto que cultura organizacional deve ser apreendida em maior medida como uma das representações da organização, isto é, como uma metáfora. Nesse sentido, admite-se que a cultura nas organizações é diversa como a sociedade e, assim, acompanha os agrupamentos internos, produzindo identificações, representações e territórios decorrentes dos símbolos atribuídos às pessoas, lugares e espaços. Dada a multiplicidade de possibilidades de manifestações, a cultura é fragmentada, dinâmica e se traduz aos indivíduos à maneira de como ele significa e ressignifica os valores e os símbolos, o que produz por um lado contraposições e conflitos e por outro lado contatos e alianças. O processo cultural produz, portanto, diferenças, convergências, resistências e resiliência.

O eixo pretende estimular discussões das diversas áreas do conhecimento tais como antropologia, psicologia, filosofia, sociologia e história em busca de avançar na compreensão de como a apreensão simbólica nas organizações (na vida organizada) contribuem para a construção das relações de poder no dia a dia, no cotidiano. Especialmente, espera-se o debate acerca das distinções e convergências teóricas, epistemológicas e ontológicas da cultura e do simbolismo.

2. Diversidades e produção das diferenças

O eixo temático “Diversidades e Produção das Diferenças” tem como proposta principal debater os diversos aspectos relacionados a produção de categorias sociais, tendo como princípio norteador analisar a produção de identidades/subjetividades e as desigualdades, diferenças, inclusões, exclusões e hierarquias sociais produzidas “entre” e “nas” identidades/subjetividades socialmente estabelecidas. Neste sentido, identidades e subjetividades são historicamente, socialmente, economicamente e culturalmente produzidas por relações de poder. Assim, categorias identitárias/subjetivas funcionam como dispositivos organizadores da sociedade pelos quais indivíduos são compelidos a se identificarem, portanto, identidades/subjetividades são aspectos políticos coletivamente produzidos ao invés de características individuais e naturais.

Gênero, sexualidade, raça, deficiência, etnia, corpo e classe social são alguns exemplos de identidades/subjetividades que operam como dispositivos ordenadores do social que produzem o normal e o anormal, ou seja, constituem minorias. Diante do exposto, o eixo temático “Diversidades e Produção das Diferenças” engloba tanto o estudo da construção das

identidades/subjetividades acima listadas; dentre outras; quanto a análise das relações de poder que produzem desigualdades, diferenças, exclusões, inclusões e hierarquias sociais “entre” e “nas” identidades/subjetividades em um determinado tempo e espaço, seja este espaço o ambiente laboral ou a sociedade como um todo.

Estudos que envolvem a interseccionalidade entre as diversas identidades são recentes e também são desejados. Pertencem ao eixo a compreensão de políticas públicas e privadas direcionadas a inclusão/exclusão, tais como ações afirmativas, gestão da diversidade, Equal Employment Opportunities, gestão crítica da diversidade e políticas da diferença, dentre outras, considerando-se que diversidade e diferença não são a mesma coisa. Portanto, existem diferentes perspectivas teóricas que influenciam a definição das políticas de inclusão/exclusão, perspectivas estas até mesmo antagônicas, como, por exemplo, a multiculturalista e a pós-estruturalista, sendo todas elas bem-vindas. O debate sobre a influência destas diferentes perspectivas teóricas na concepção, definição, implementação e efetividade das políticas de igualdade são apropriadas a este eixo.

3. Economia Política da Organização e do Poder, Relações de Produção e Classes Sociais

Trata da perspectiva das relações de poder nas organizações, com ênfase nas relações de produção das condições de existência social, tendo em vista os processos de controle e os conflitos fundamentais (conflitos de classes). As abordagens podem ter origem em diferentes disciplinas com ênfases diversas. O objetivo é o de realizar uma análise da realidade da gestão das organizações produtivas que se contraponha ao mainstream tradicional da Teoria das Organizações e da Teoria da Administração e a todo o sistema de ideias e concepções gerencialistas. O caráter inovador das abordagens neste eixo demanda a construção e a discussão de um corpo teórico interdisciplinar que valoriza o diálogo entre teorias e a proposição de uma análise crítica à ideologia do business, apresentando uma forma de análise, avaliação e conhecimento a partir de uma abordagem que valorize os conflitos fundamentais (conflitos de classes sociais), as relações de produção, as relações de poder e de controle.

4. Espaço e Território

Categorias centrais em campos disciplinares e interdisciplinares, Espaço e Território podem constituir importante referência para os estudos organizacionais, ainda que, nesse campo, se encontrem secundarizados. Como lembra Milton Santos, “o ato de produzir é, ao mesmo tempo, o ato de produzir espaço”. Uma leitura simplificadora dessa afirmação poderia implicar na ideia do espaço como consequência de relações sociais de produção e materialmente determinado pelas forças produtivas, em outras palavras, como efeito ou produto da economia e da sociedade. O que Milton Santos pretende, contudo, é inscrever a categoria espaço como fundamental para compreensão mesma dessas relações e forças, o espaço como conjunto indissociável e contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações que se define pelas formas e pela vida que as animam. O espaço como condição de produção e reprodução da vida, das relações de trabalho e da cultura, implicado nas mediações com a natureza e entre os sujeitos. Se adotada uma perspectiva estruturalista, o espaço é estruturado e estruturante das relações sociais. Assim, relações de poder e divisão do trabalho, por exemplo, e suas correspondentes formas de organização social, são mais bem

compreendidas considerando a dimensão espacial. As relações entre global e local, centro e periferia, concentração e dispersão, público e privado, ainda que potencialmente inscritas em diferentes concepções de espaço, podem se constituir como chaves de interpretação de relações de produção, de gênero, da cultura e da religiosidade. Essa dialética, que é interpretada por Lefebvre a partir das práticas sociais, das representações do espaço e do espaço de representações (simbólico), define o espaço como vivido, concebido e percebido. Já o território, que não pode ser compreendido sem os mecanismos de apropriação, ocupação e organização do espaço, exprime e conforma processos de organização social e domínios, inclusive simbólicos, que indicam a relevância dessa categoria para a Ciência Política, a Antropologia e a Geografia e sua potencialidade para os Estudos Organizacionais.

5. Estado

A proposição deste eixo explicita a compreensão de que os estudos sobre o Estado, a organização do poder estatal, bem como de sua direção, estratégias políticas e das articulações que engendra, constituem espaço não só para o aprofundamento dos Estudos Organizacionais como também para a imprescindível interdisciplinaridade. Se, de um lado, a aproximação mais imediata a este eixo, em nossa área disciplinar, se dê a partir das formulações weberianas acerca das estruturas de dominação, de outro, são também muito relevantes as produções das diferentes perspectivas marxistas, a partir das quais o Estado é analisado no contexto de antagonismos sociais, da política e da luta de classes, em síntese, das relações sociais de produção que o constituem. Tanto os aspectos históricos (entre os quais as diferentes análises sobre as periodizações do Estado brasileiro e suas repercussões sobre sua organização e das relações sociais) como os teóricos (questões como soberania, democracia, reforma e revolução, contrapartida Estado-sociedade civil, dentre outros) podem ser contemplados neste eixo.

Cabem, portanto, discussões e análises sobre o lugar e o papel do Estado capitalista contemporâneo, os projetos políticos em disputa, as relações entre poder político e poder econômico e sobre experiências políticas e organizacionais que refletem mudanças na relação Estado e sociedade. Desse modo, formas de participação e representação adotadas na construção de políticas públicas ou no surgimento de novas e diversificadas demandas, por exemplo, também são contempladas uma vez que incorporam elementos para uma agenda nacional e regional, promovendo mudanças nas formas de compreender a política, a legitimidade das instituições e a governabilidade. Ao mesmo tempo, o contexto global e a crise do capitalismo induzem a busca de alternativas a modelos clássicos na área da política e da formação de políticas. Por isso, adquire centralidade também a democratização de nossas sociedades e seus obstáculos, assim como as discussões acerca do papel dos movimentos e forças políticas nesses processos. Interessa também levantar debates acerca das perguntas relevantes que emergem dos processos políticos em um contexto de mudanças e crises, considerando as novas relações geopolíticas, de fissuras na hegemonia tradicional e o debate sobre o neoliberalismo. Assim sendo, a partir de uma perspectiva crítica e interdisciplinar, pretende-se contribuir com o estudo sobre as mudanças e continuidades observadas nas formas de organização e atuação estatal e nas complexas interações entre processos políticos e sociais.

Alguns temas que podem ser desenvolvidos nesse eixo temático são: Estado e capitalismo dependente, Crise do capital e do Estado, Neoliberalismo e organização do Estado, Formação de políticas públicas e distintos processos e resultados da participação social dentro e fora do Estado, Avaliação de políticas públicas em diferentes campos sociais, atuação e extrapolação dos órgãos de controle no combate à corrupção; a interação entre órgãos de controle e sociedade, etc.

6. Estratégias Organizacionais

O termo estratégia passou a ser empregado em diversas esferas da sociedade, tanto em termos de práticas organizativas como no processo de produção de conhecimentos. Inicialmente sistematizado em temáticas militares, estratégia passou a receber espaços em diferentes campos do conhecimento ao longo do século XX, tais como Administração, Ciência Política, Comunicação, Economia, Filosofia, Psicologia, Sociologia, dentre outros. Dado o caráter interdisciplinar desse processo, há uma diversidade de perspectivas teóricas que se apropriam de diversas maneiras de concepções sobre estratégia e organização. Auxiliar a compreender fenômenos sociais complexos e ajudar a orientar e a delinear ações coletivas são alguns dos elementos centrais nos desenvolvimentos teóricos que utilizam estratégia, particularmente em contextos que envolvem disputas, conflitos e concorrência. O eixo incentiva a criação de interlocuções entre diferentes campos do conhecimento tendo como centralidade o conceito de estratégia, buscando compreender estratégias organizacionais sob distintas formas e matrizes teóricas, em variados contextos e realidades. Aspectos políticos, históricos, econômicos, culturais, administrativos, de relações de poder, linguísticos e discursivos, de comunicação, de produção de sentidos, todos relacionados com as interações sociais, são alguns dos pontos em comum a serem explorados e tratados no eixo temático.

7. Ética

O advento do estado leigo, por fim generalizado no Século XX, a experiência de regimes totalitários, a derrocada de valores e a destruição de identidades nas grandes guerras lançaram o pensamento ocidental a uma nova tematização dos comportamentos sociais, partindo da consciência humana, dramática que fosse, como a descreveu o existencialismo pós-guerra, mas livre e responsável. O tema já não era apenas a moral, convencionalmente tratada, passava a ser a ética. A responsabilidade pessoal do indivíduo pelo seu destino evoluiu para a responsabilidade maior pela vida coletiva, pelas condições de convivência solidária, cada vez mais sem fronteiras nacionais, e agora agregando preocupações ecológicas de saúde e sobrevivência planetárias.

Assim, após evolução e com novas bases, a reflexão ética cria espaços onde pode encontrar-se diálogo na diversidade de crenças teóricas, de ideários e projetos político-sociais. Interessa especialmente, sem intenções prescritivas, a dimensão ética das relações sociais de alguma forma organizadas onde se produzem conflitos, rupturas, ameaças, soluções e potencialidades.

Estariam neste eixo de temas, entre outros, a crise de valores na sociedade de consumo; a corrupção do poder; a responsabilidade coletiva pela preservação das condições de vida; o respeito nas relações intra-organizacionais; a deterioração da solidariedade nas relações sociais; a tolerância cultural; a tecnicização da comunicação humana; as aspirações humanas emergentes, socialmente reprimidas ou ainda sem institucionalização.

8. Instituições e Dinâmicas Sociais

Em vista de ser uma das abordagens centrais na análise organizacional e que tem vindo a merecer grande atenção de pesquisadores desde os anos 1980, este eixo contempla a intencionalidade expressa pela SBEO de realizar estudos aprofundados não só pelo foco em organizações ou processos organizacionais, mas também pela interdisciplinaridade congênita do Institucionalismo.

A abordagem institucional tem uma larga tradição na teoria social assentada nos estudos de autores clássicos, como Durkheim, Weber e Veblen, constituindo-se em uma abordagem inter e transdisciplinar. Longe de constituir uma corrente de pensamento unificada, seus desenvolvimentos teóricos se distribuem por diferentes disciplinas, passando pela sociologia, pela economia e pela ciência política.

Nos Estudos organizacionais, o institucionalismo, em particular o neoinstitucionalismo, destaca desde os mitos racionalizados no ambiente até esforços mais recentes em duas linhas principais: uma estratégica, por assim dizer, voltada para os esforços dos atores em alterar, modificar ou reforçar as instituições através do trabalho institucional e da ação de empreendedores institucionais em campos de ação estratégica; e outra preocupada ainda mais com os aspectos simbólicos e cognitivos da realidade social, no estudo das práticas materiais e construções simbólicas inerentes às instituições, isto é, sua lógica institucional e as contradições existentes entre múltiplas lógicas a fomentar uma complexidade institucional.

Ainda que o neoinstitucionalismo apresente uma longa trajetória, seu desenvolvimento teórico permanece em aberto. A centralidade desta abordagem nos Estudos Organizacionais e o esforço teórico-empírico de um conjunto significativo de pesquisadores no sentido de enfrentar o desafio de superar os questionamentos que a ela são dirigidos, fazem com que este eixo esteja aberto não só ao aprofundamento de estudos na área como também às contribuições de outras áreas disciplinares. Dentre as temáticas que o eixo contempla, mas não limitadas a estas, incluem-se as Contribuições, limites e atualidade dos estudos pioneiros do novo institucionalismo para análise das organizações e da realidade latino-americana, em especial, a brasileira; Conexões entre vertentes econômicas e políticas do novo institucionalismo e os avanços recentes na linha sociológica (lógica institucional, empreendedorismo institucional, trabalho institucional, campos de ação estratégica).

9. Lutas Sociais

O tema das lutas sociais se constitui em um eixo particularmente propício à articulação interdisciplinar. Nos EOR, tem sido estudado de maneira mais focada nos processos e práticas de organização e com aproximações ao campo dos estudos sobre movimentos sociais. No entanto, o tema das lutas sociais pode incorporar processos de organização popular, das elites e/ou da classe média; dos trabalhadores e/ou dos empresários. Além disso, se refere tanto aos processos e práticas organizacionais quanto às organizações que vão se construindo através destas práticas. As diferentes abordagens onto-epistemológicas, marcadamente políticas em se tratando deste tema, serão definidoras da construção dos objetos de estudo e das

interloquções teóricas, criando um espaço com grande potencialidade para o debate e o confronto de posições.

10. Modos coletivistas de organização e produção

Este eixo temático se constitui a partir das preocupações de grupos da sociedade civil e certos intelectuais com o impacto de formas organizacionais tipicamente capitalistas ou intimamente vinculadas a uma lógica de mercado. Reconhecidas por muitos como um modelo hegemônico, a organização capitalista e burocrática deve ser pensada criticamente, no mesmo sentido que o processo de naturalização desta forma em todos os enclaves sociais. Neste sentido, tem sido observado por pesquisadores de diferentes áreas o fortalecimento de formas distintas desse modelo hegemônico, de base organizativa associativista – sejam aquelas diretamente voltadas para a produção, sejam as constituídas para a organização de projetos não-produtivos. Assim sendo, o presente eixo temático pretende fomentar reflexões teóricas e estudos empíricos sobre tal fenômeno, de forma a compreender melhor suas bases conceituais, históricas, sociais e políticas, reconhecendo seu potencial emancipatório em relação a opressão da lógica capitalista, manifestada especialmente pela difusão de pressupostos de organização e ação centrados em uma racionalidade econômica tipicamente de mercado. Neste sentido, serão considerados neste eixo temático os trabalhos e atividades que visem descrever organizações coletivistas, apontando suas características e como estas se constituem em um contexto predominante em uma lógica privatista. Também serão bem-vindos esforços voltados para a compreensão histórica de emergência e desenvolvimento da orientação coletivista em empreendimentos humanos (produtivos ou não), bem como dos processos de resistência a esse movimento.

11. Produção do Conhecimento em Estudos Organizacionais: ontologia, epistemologia e metodologia

Um dos mais complexos problemas na área da produção do conhecimento em geral é o que se refere à identificação das dimensões da matriz epistemológica em que se move a linha de investigação. Este eixo temático discute a produção do conhecimento (científico, filosófico, técnico) em EOR, segundo suas diferentes dimensões ontológicas, epistemológicas e metodológicas. Procura enfatizar os processos de produção e construção dos saberes teóricos e práticos, seus limites e possibilidades, buscando identificar suas estruturas, coerências, pressupostos, características e elementos constitutivos (relação sujeito-objeto; modelos de análise; critérios de demarcação do campo empírico; conteúdo da reflexão; lógica da prova; conexões entre os fenômenos; etc.). As principais (mas nunca definitivas) dimensões epistemológicas nos EOR são: positivismo; funcionalismo; estruturalismo; fenomenologia; materialismo histórico; pragmatismo. Considera-se, igualmente, seus desdobramentos: estruturacionismo, pós-estruturalismo, neopositivismo, grounded theory, neoinstitucionalismo, tipo ideal (weberiano), existencialismo, hermenêutica, etc. A importância deste tema é reconhecida recorrentemente por avaliadores em bancas de dissertações e teses, em pareceres sobre artigos submetidos a revistas e congressos e em projetos de pesquisa enviados a órgãos de fomento. A Epistemologia é a base de toda concepção referente ao relacionamento do sujeito pesquisador com a complexidade do conteúdo de seu objeto de estudo.

12. Repercussões Organizacionais da Ciência e da Tecnologia

Pensar em repercussões organizacionais da ciência e da tecnologia envolve aspectos que vão desde as mudanças mais radicais e que alteram para sempre um dado estado de organização social precedente até a organização de movimentos que se insurgem contra esse tipo de mudança e seus efeitos. As repercussões organizacionais da ciência e da tecnologia se dão no dia a dia da sociedade e algumas delas, claro que não todas, são brevemente apontadas nos parágrafos que seguem.

Uma primeira repercussão diz respeito à ideia de que ao mesmo tempo em que o progresso técnico tende a promover mais conforto à sociedade, menos sofrimento (vide o caso de técnicas cirúrgicas menos invasivas, por exemplo), na lógica tradicional de mercado, invariavelmente, há uma apropriação privada dos dividendos desse processo. Em outras palavras: ciência e tecnologia custam caro e, de certa forma, são excludentes. Em suma: na lógica vigente, os benefícios da ciência e da tecnologia não são para todos, o que evidencia uma distribuição desigual de poder entre nações, regiões, cidades etc. Ainda assim, certos benefícios sociais que resultam do desenvolvimento científico e tecnológico tendem a se tornar universais. É o caso do acesso a saneamento e a cuidados de higiene e saúde básicos, de vacinas, de tecnologias ligadas às telecomunicações, internet, GPS etc. Mas as diferenças de poder entre países e regiões se expressam, por exemplo, no tempo médio de conquista a esses benefícios e na apropriação que se faz em termos de propriedade intelectual ou domínio da tecnologia subjacente a esses benefícios.

Uma segunda repercussão diz respeito ao fato de que diferentes processos organizacionais são deflagrados pelas práticas da ciência e da tecnologia. As chamadas de editais, por exemplo, são lançadas a partir de interesses de natureza socioeconômica e política, isto é, a ciência não acontece num vácuo de poder. Há, por assim dizer, uma confluência de interesses econômicos e políticos por trás dos rumos que tomam a ciência e a tecnologia. A partir dessas chamadas são estruturadas diferentes formas organizacionais de grupos científicos que se articulam para fins específicos. A ciência e a tecnologia têm a ver com diretrizes internacionais de desenvolvimento, além dos processos de disputa política próprios dos campos científicos.

Uma terceira repercussão advém da constatação de que a ciência e a tecnologia provocam mudanças na sociedade que geram, por sua vez, mudanças organizacionais. Isso perpassa a ideia de um processo contínuo de acúmulo de conhecimentos: o Uber, por exemplo, só existe porque existiram antes plataformas baseadas em ciência e tecnologia que permitiram que essa ferramenta se disseminasse. E isso já surte efeito, inclusive, na arquitetura das cidades.

Não obstante os incontáveis avanços nesse campo, cabe pensar na realidade de que essas repercussões não se dão sem resistências. É inegável a exacerbação dos controles a partir do uso da tecnologia, os riscos socioambientais da corrida científica e tecnológica, a crise ambiental decorrente desses “avanços” etc. Trata-se, neste caso, da organização de resistências contra as implicações do avanço da ciência contra a vida: o caso dos movimentos ambientalistas e por justiça social ao redor do mundo etc.

13. Trabalho: organização, processo e relações

Esse eixo temático, pela natureza da categoria central, abarca estudos de diferentes áreas do saber. As tônicas principais - organização, processo e relações - apontam para uma preocupação com o trabalho e o sujeito trabalhador (a partir dos múltiplos entendimentos de sujeito: psíquicos, individuais, grupais, coletivo, classes). As formas de organizar o trabalho engendram subjetividades próprias de consentimentos, adoecimentos, resistências, lutas, etc.; o processo de trabalho não produz apenas os produtos a serem consumidos, mas também seus consumidores, de modo que partindo de reflexões sobre o trabalho - e ou voltando a elas - é possível refletir sobre uma infinidade de particularidades presente no sistema moral, valorativo, em suma, cultural de uma época, trazendo para o debate do trabalho questões também vinculadas, por exemplo, as opressões existentes nas relações de trabalho. Por relações de trabalho, neste eixo, entende-se toda e qualquer relação decorrente do fato gerador trabalho, o que permite pensar desde as relações interpessoais cotidianas até a legislação trabalhista, passando por debates como, a guisa de exemplo: as novas formas de efetivação do contrato de trabalho - implícitos e explícitos, legais ou ilegais-; as entidades representativas dos sujeitos do trabalho, como associações, sindicatos etc. Não se objetiva, com esse eixo, resumir o debate ao desenvolvimento de técnicas de aperfeiçoamento da organização e do processo de trabalho, ao invés disso, compreende-se necessário sujeitar tais técnicas à reflexão sobre suas reais e contraditórias contribuições para o desenvolvimento humano.

14. Tradições Teóricas em Estudos Organizacionais

A área de estudos organizacionais percorreu um desenvolvimento histórico que culminou em uma multiplicidade de tradições teóricas, construídas, em geral, no diálogo com outras áreas do conhecimento científico. Funcionalismo, Estruturalismo, Marxismo, Institucionalismo, Fenomenologia, Pós-estruturalismo, apenas para citar os mais habituais, compõem as possibilidades de explicação das relações sociais. Seu desenvolvimento deu-se também, como não poderia deixar de ser, pela elaboração teórica própria a partir da contribuição de intelectuais brasileiros e latino americanos. Diante da heterogeneidade de tradições que possuem diferenças internas próprias, este eixo propõe-se um espaço para a autorreflexão do campo, comportando debates intra-teóricos e interdisciplinares, acolhendo propostas que visem a discussão sobre diferenças internas em uma mesma tradição; possibilidades de aproximação/superação de diferenças; compreensão analítica sobre a produção dessas diferenças; distintas apreensões de um mesmo autor.

15. Violência

A violência é constante produtora de danos à humanidade e à natureza, atingindo distintos grupos sociais e indivíduos em todas as partes do mundo. Nos EOR, o tema da violência tem sido tratado principalmente com foco nas relações de trabalho. No entanto, a violência organizacional e a violência organizada têm implicações mais amplas, incluindo, entre outros aspectos: violação de direitos em geral e de direitos humanos em particular; repressão a lutas sociais populares a partir do aparelho de Estado; domínio de territórios pelo crime organizado e segregação urbana; expressões de discriminação e preconceito. Sem falar nas figurações sobre as violências, crimes e conflitos sociais, nas quais, majoritariamente, o violento é sempre o outro. Neste sentido ampliado, a violência tem sido estudada em muitos grupos de pesquisa

em diversas instituições acadêmicas. Trata-se, portanto, de um eixo propício para a ampliação da atuação desde os EOR, em diálogo com os acúmulos produzidos em outras disciplinas e levando em consideração a especificidade do nosso olhar, ou seja, a organização da violência.

ANEXO 3 – PROPOSTA DE SESSÃO LIVRE

EIXO TEMÁTICO (os Eixos Temáticos estão descritos no Anexo 2 deste Edital)
TÍTULO DA SESSÃO
SÍNTESE (com objetivo e justificativa) Até 1200 palavras
DADOS DOS COORDENADORES (nome completo, titulação, Instituição, e-mail, telefone de contato)
RESUMO DA APRESENTAÇÃO DE CADA PARTICIPANTE Até 500 palavras

ANEXO 4 – PROPOSTA DE MINICURSO

EIXO TEMÁTICO (os Eixos Temáticos estão descritos no Anexo 2 deste Edital)
TÍTULO DO MINICURSO
DOCENTE (nome, titulação, Instituição)
EMENTA Até 120 palavras
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
DADOS DOS PROPONENTES (nome, titulação, Instituição, e-mail, telefone de contato)